

UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930

**GUILHERME COSTA SILVA
LUCAS FERREIRA ALVES DA CRUZ
NATÁLIA LIBERTE TADÃO
ODILON ALVES PEIXOTO NETO
AUTORES**



TERRIED

UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930

**GUILHERME COSTA SILVA
LUCAS FERREIRA ALVES DA CRUZ
NATÁLIA LIBERTE TADÃO
ODILON ALVES PEIXOTO NETO
AUTORES**



TERRIED

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930 [livro eletrônico] / Guilherme Costa Silva ; Lucas Ferreira Alves da Cruz; Natália Liberte Tadão; Odilon Alves Peixoto Neto. -- 1. ed. -- Alegrete, RS : Editora TerriED, 2023.

PDF-

ISBN 9 7 8 - 6 5 - 8 4 9 5 9 - 4 3 - 9

1. História

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino 610.1



10.48209/978-65-84959-43-9



TERRIED

www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

SUMÁRIO

UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
O ENSAIO FALHA, MAS A REVOLUÇÃO TRIUNFA: DAS CONJUNTURAS DE 1930 A 1932.....	9
OS PÓLOS OPOSTOS NÃO SE ATRAEM: O JOGO POLÍTICO DE VARGAS SOBRE AS ELEIÇÕES DE 1934 E A SEGUNDA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.....	14
A POLÍTICA DO TENENTISMO DE ESTADO: PROJETOS, ANTEPROJETOS E “ANTIPROJETOS” EM CONFLITO (1935-1937)..	20
“AO VENCIDO, ÓDIO OU COMPAIXÃO; AO VENCEDOR, AS BATATAS”: DO GOVERNO CONSTITUCIONAL AO “ESTADO NOVO” (1937-1939).....	32
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930¹

Guilherme Costa Silva²

Lucas Ferreira Alves da Cruz³

Natália Liberte Tadão⁴

Odilon Alves Peixoto Neto⁵

1 O presente texto foi em primeiro momento apresentado na disciplina de Teoria e Metodologia da História II, ministrado pelo Dr. Ulisses do Valle. Ressaltamos que diversas modificações foram realizadas no trabalho original para a presente publicação e agradecemos as considerações e indicações de melhorias possíveis efetuadas pelo professor Ulisses.

2 Atualmente é graduando de licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás. É bolsista do CNPq com o projeto “A historiografia brasileira não-icônica entre 1970–2001: a incidência da virada antropológica nas revistas de história”, na área de Teoria e Metodologia da História, sob orientação do Prof. Dr. Cristiano Arrais. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8345903460056968>>.

3 Estudante na graduação de licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás. É participante do PIBID (2022), com financiamento pela CAPES, e estagiário na secretaria da Faculdade de História da UFG. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3701437725147483>>.

4 Estudante na graduação de licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás. Desenvolve pesquisa na área de História Antiga denominada “Morte e violência: estudo sobre o exercício de poder no principado de Calígula sob a ótica de Suetônio em *Vita Caesarum* (séculos I e II d. C.)”, sob orientação da Prof^a Dr.^a Luciane Munhoz Omena.

Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5474029463040886>>.

5 Estudante de graduação de licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás. Desenvolve pesquisa na área de História da América Colonial, a qual se intitula “A colonização no espelho: interpretações historiográficas sobre a comunicação política e a organização do poder no Antigo Regime Ibérico (2006–2016)”. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8976997080445725>>.

Resumo: Esta publicação tem por objetivo fomentar o debate sobre a História Política da década de 30 para além de dicotomias ou colocações prontas. Para isso, utilizamos das fontes jornalísticas do período e interpretações diversas no meio historiográfico e pontuamos uma série de perspectivas para diferentes momentos do processo político decorrido. Tratamos de caracterizar a natureza heterogênea e conflituosa dos atores políticos da Revolução, os interesses múltiplos e não dicotômicos na elaboração de uma nova Constituição, nuances da ideologia tenentista pós Constituinte, os exacerbados conflitos contra grupos políticos radicais que levaram ao golpe de 1937, e, por fim, nas articulações políticas nacionais e internacionais, e construções discursivas retóricas e imagéticas para a manutenção do poder centralizado nas mãos de Vargas durante o Estado Novo.

Palavras-chave: História Política; História do Brasil; Década de 1930; Era Vargas; Imprensa.

“Os funcionários não funcionam. Os políticos falam, mas não dizem. Os votantes votam, mas não escolhem. Os meios de informação desinformam. Os centros de ensino ensinam a ignorar. Os juízes condenam as vítimas. Os militares estão em guerra contra seus compatriotas. Os policiais não combatem os crimes, porque estão ocupados cometendo-os. As bancarrotas são socializadas, os lucros são privatizados. O dinheiro é mais livre que as pessoas. As pessoas estão a serviço das coisas” (GALEANO, 2002, p. 71).

Apresentação

A sequência que se transcorreu para a realização deste trabalho por muito permeou, desde a formação de uma crônica, naquilo que se baseia na capacidade indiscutível atribuída ao historiador: a seleção das fontes a serem utilizadas. Mais do que a seleção, nas páginas seguintes, o método não se baseou simplesmente em escolher, pois, além disto, se criticou e interpretou todas as fontes encontradas para os anos 1930–1940, no que diz respeito aos acontecimentos políticos. A partir de todas essas fontes, portanto, seria possível a formação de uma teia de construção imaginativa que, em vista dos fatos, estabelece a composição do que ocorreu ao longo do tempo. Ergo, os fatos históricos aqui empregados são, igualmente ao critério de autonomia de seleção, parte de escolhas a partir da significância que carrega diante das circunstâncias que ocorrem e de seus produtos (COLLINGWOOD, 1989, pp. 356-359; SCHAFF, 1995, pp. 208-212).

O passado em pauta neste trabalho compreende a História do Brasil em uma de suas perspectivas possíveis de análise: a História Política. As fontes empregadas para isso foram os jornais da época. Nesse sentido, esses são um dos modos pelos quais a realidade foi registrada. Seja considerando esse registro da experiência histórica ou escrita a respeito dessa experiência, é preciso mobilizar aspectos explicativos. A *explicação histórica* é necessária porque mais do que descrever acontecimentos, o intuito do historiador é relacioná-los (Danto, 1985). Muito do que é constitutivo desse processo advém dos primórdios do que se entenderia posteriormente como “História”, com Heródoto e Tucídides (KOSELLECK, 2014, pp. 53–54). Logo, além de descrever e relacionar, faz parte do processo explicativo elaborar hipóteses e essas devem considerar que muitas das ações⁶ representadas devem ser “lidas”, isso porque, especialmente com o estabelecimento da *sociedade de cortes*, e o ocidente posterior a ela, práticas são carregadas de significados e representações, transmitindo mensagens (CHARTIER, 1990). Não é possível meditar sobre acontecimentos, objetos ou indivíduos, de forma aleatória e desconexa, sem ter em vista as relações desses com seus contemporâneos (FEBVRE, 1970).

A História Política passou, entre o século XIX e a atualidade, por fluxos e influxos no gosto dos historiadores. Ela foi bastante presente entre os que se convencionaram chamar de Historicistas. Essa considerável atenção é lógica ao pensar sobre o contexto em que viviam, a História disciplinar acabara de se estabelecer e muito disso se devia a criação dos Estados-nação, legitimados, entre outros aspectos, pela História (MEDEIROS, 2017). O movimento dos *Annales* surge como uma renovação das técnicas e dos métodos de análise, desenvolvendo a *História-problema*, mas também em oposição ao que acreditavam ser uma História Política tradicional elaborada pelos historicistas (BURKE, 1997). Entre-

6 O termo “ação” está empregado no sentido weberiano do termo. Para Max Weber (1965), a *sociologia compreensiva* deve dedicar-se a ações, não comportamentos, no sentido em que a primeira realiza-se, majoritariamente, de modo intencional e apresenta, atribuída em si, sentidos e significados sociais e/ou privados.

tanto, mesmo com as críticas existentes à factualidade e efemeridade da História Política, é provável que os leitores mais atentos notaram uma presença tangencial em livros como F. Braudel. Dessa forma, evidencia-se o retorno da História Política durante a década de 1970 e isso deve-se, segundo Fabrício Medeiros (2017, pp. 261 e 263), ao crescimento do Estado como ator e os movimentos operários. Não somente focado nos “grandes homens e feitos”, como também em outros aspectos do poder, na *metafísica do poder*.

O ensaio falha, mas a Revolução triunfa: das conjunturas de 1930 a 1932

As crises dos anos 1930 são um reflexo de longas datas de insatisfações e descrenças a respeito do sistema político que era vigente na primeira República. A princípio, a Revolução de 1930 foi precedida pela conhecida Reação Republicana (FERREIRA; SÁ PINTO, 2019, p. 435-436)⁷, encabeçada pelos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, sendo Nilo Peçanha seu principal representante nas eleições de 1922. Contudo, como já esperado, as oligarquias de segunda ordem não foram vitoriosas, o que resta é um ensaio, mesmo que Nilo Peçanha tivesse propostas tentadoras baseadas nos conhecidos discursos niilistas (FERREIRA; SÁ PINTO, p. 435–438).

De fato, Arthur Bernardes vence Nilo Peçanha e governa quase todo período sob Estado de Sítio. Ao sair, ainda em clima de instabilidade política, Washington Luís assume. Os problemas do governo Washington Luís já não eram, *a priori*, uma preocupação com movimentos de oposição, como a Reação Republicana, e sim com a crise do café dos anos 1928 a 1929. Neste momento, o Brasil passava por dificuldades na exportação do café, além de que essa dinâmica das exportações e dos grandes proprietários de terras entrava em ruínas. A política se-

⁷ Para Boris Fausto (1982), a Reação Republicana foi a insatisfação dos setores não ligados ao café; para Michael Conniff (1981), ela seria o primeiro movimento populista brasileiro; e, para os pensadores da década de 1990, ela não representava um rompimento com o esquema fraudulento oligárquico e sim uma tentativa de abertura para as conhecidas oligarquias de segunda grandeza, ou de segunda ordem.

guiu os caminhos da economia da Primeira República, em que, pressionado pelo PRP (Partido Republicano Paulista), Washington Luís indica Júlio Prestes, também paulista, para a sua sucessão na presidência da República (VARES, 2011, pp. 130-131).

As trocas entre Minas e São Paulo rompem a partir da indicação de Júlio Prestes, transparecendo por parte do governador de Minas, Antônio Carlos, o desejo de acabar com o esquema. Posto isto, os Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais se unem para lançar à presidência Getúlio Vargas. A chapa era composta por Vargas para a presidência e João Pessoa, governador da Paraíba, como vice-presidente. Durante a campanha, muitas foram as investidas realizadas pela chapa para conseguirem apoio, uma delas as diversas excursões realizadas por grandes Estados em que precisavam conquistar eleitores, como São Paulo, em que Getúlio Vargas fala em praça pública no mês de Janeiro⁸.

O governo Federal, não satisfeito, incentivava reprimendas a Aliança Liberal, sendo um dos casos mais notáveis de serem destacados a violência policial que ocorria no Nordeste, incluindo o famoso caso de Recife⁹. Entretanto, em meio a essa violência policial, a chapa de Prestes recebia apoio por meio de senadores, chegando estes a fazerem excursões pelos Estados na busca pela conquista dos eleitores, como foi o caso de Costa Rego, que acabou por incentivar fortemente Pernambuco¹⁰. Com a apuração da eleição, como já imaginado, foi definitiva a vitória da chapa de Júlio Prestes, logo em meados do dia 14 de março de 1930¹¹. A máquina que o governo federal representava, com todas as ligações possíveis com esferas dos poderes estaduais e locais, permitiu mais uma vitória que não ficaria isenta de interferências¹².

8 CRÍTICA, “Illusões Getulistas”, 04 de janeiro de 1930, edição 00355, p. 3.

9 DIÁRIO CARIOCA, “As violências nas campanhas eleitorais”, 06 de fevereiro de 1930, edição 00473, p. 2.

10 JORNAL DO BRASIL, “Manifestações de solidariedade às candidaturas Julio-Prestes-Vital-Soares”, 15 de fevereiro de 1930, edição 00040, p. 8.

11 O FLUMINENSE “O resultado pelos boletins enviados ao Ingá”, 12 de março de 1930, edição 14403, p. 1.

12 GAZETA DE NOTÍCIAS, “A realidade dos factos”, 14 de março de 1930, edição B00061, p. 1.

Insatisfeitos, a parte executiva da aliança decidiu ir até a Câmara e, a partir de uma comissão de inquérito, verificar as arbitrariedades das eleições, contudo isso não passa de uma tentativa¹³. Concomitantemente, como adiante ficará explícito, o governo tentará tornar insustentável as relações e comunicações políticas com todos os opositores do candidato oficial, chegando a causar alvoroço nas sessões da Câmara com os deputados paraibanos, os quais serviam como exemplo de todo esse suposto processo de vingança¹⁴. Prova disso foi o pedido de padre Cícero, então governador do Ceará, para que Washington Luís parasse as sucessivas revoltas que se desenrolaram na Paraíba¹⁵.

Para que um processo de mudança efetiva ocorresse, foi preciso pretextos que permitissem uma ação mais efetiva e, aos modos que ocorreram, não institucionais, para que as oligarquias perdessem notoriedade na conjuntura política. Foi em meio a uma briga interna na Paraíba, envolvendo questões de níveis pessoais, as quais incentivaram com que João Dantas, advogado e político brasileiro, encontrasse João Pessoa no centro de Recife e, com cinco tiros, decretasse o fim trágico do governador¹⁶. A morte de João Pessoa, um crime passionai, acabou por servir de pretexto para a Revolução de 1930. Contudo, ao mesmo tempo que se tentava causar mais violência policial no Estado durante o funeral de João Pessoa¹⁷, Estados como o Rio Grande do Sul organizaram uma revolta que acabaria em Revolução.

A Revolução de 1930 obteve sucesso, mas engano seria atribuir que toda a popularidade de Vargas seria devido a ela. Muito pelo contrário, Vargas se torna

13 DIÁRIO CARIOCA, “A reunião de ontem dos candidatos liberaes ao Congresso Nacional”, 17 de abril de 1930, edição 00532, p. 1.

14 DIÁRIO CARIOCA, “O esbulho immoral dos eleitos parahybanos”, 03 de maio de 1930, edição 00546, p. 1.

15 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “Os diversos telegrammas afflictivos recebidos ontem pelo Sr. Presidente da República”, 16 de maio de 1930, edição 00115, p. 1.

16 DIÁRIO CARIOCA, “Repercutiu em todo o Brasil, provocando manifestações de revolta, a noticia do attentado monstruoso que victimou o grande João Pessoa”, Diário Carioca, 27 de julho de 1930, edição 00649, p. 1.

17 DIÁRIO DA NOITE, “As violências do governo pernambucano”, 06 de agosto de 1930, edição 00657, p. 3.

popular em seus dois governos seguintes e, principalmente, marca a memória do cenário político brasileiro com sua carta testamento em 1954, ano em que se suicidou (AIRES, 2006, p. 13). Contudo, a Revolução de 1930 foi um sucesso, cabendo a Getúlio, que partiu de Porto Alegre em um comboio, chegar até o Rio de Janeiro, capital da República, tomar posse do cargo como chefe do Governo Provisório. Notável também foram os panfletos avulsos que eram distribuídos pelas capitais brasileiras com o intuito de explicitar à população quem eram os inimigos da revolução e como repudiá-los por esse ato de atraso à nação brasileira¹⁸.

Embora tivesse vencido ao chegar ao Palácio do Catete, Vargas começou as reformas com um sistema de intervenção aos Estados, começando a romper com os mecanismos coronelistas e estadualistas da Primeira República. Exemplo para essas interventorias foi a importante nomeação de Oswaldo Aranha para o Ministério da Justiça¹⁹, assim como a troca de auxiliares para o Ministério da Aviação²⁰, mas uma das táticas muito importantes realizadas por Vargas foi de aproximar os seus opositores para perto de si, a dada medida, como as diversas conversas que teve com o ex-presidente Artur Bernardes²¹.

Os interventores, maioria tenentes, os quais apoiaram Vargas a ascender ao poder, empossaram-se desses cargos públicos com uma tentativa de balancear os poderes civis e tenentistas que derivam da composição para a realização de um balanço do poder nas mãos. Por isso, muitos foram os governadores ou ministros nomeados, substituídos e que pediram a própria demissão por não concordarem em certo momento com as decisões do governo central, como foi o caso do ministro da educação e saúde, Francisco Campos²². Em congruência, Vargas

18 GV, c.1930.00.00/4, “Panfleto alusivo aos inimigos da Revolução e aos revolucionários brasileiros”.

19 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “O novo Ministro da Justiça”, 05 de novembro de 1930, edição 00149, p. 1.

20 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “A posse de dois novos auxiliares do Ministério da Aviação”, 10 de dezembro de 1930, edição 00184, p. 1.

21 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, “No Cattete”, 01 de janeiro de 1931, edição 00206, p. 2.

22 DIÁRIO CARIOCA, “O governo concedeu a demissão do ministro Francisco Campos”, 03 de setembro de 1931, edição 00978, p. 1.

realizou investimentos aumentando os créditos do Banco Nacional Ultramarino²³ e reformou a organização técnica e administrativa desses centros de educação.²⁴ Além disso, houve reformas no judiciário, como, por exemplo, a redução das cadeiras no STF (Supremo Tribunal Federal) para onze.²⁵

Haviam contradições nessas mudanças em parte do tempo, já que por mais que o governo buscava uma democratização do voto por meio da premissa que mulheres poderiam ir às urnas manifestar seus anseios políticos, muito ainda faltava ser feito em uma legislação que não regulava, juridicamente, o trabalho feminino²⁶. A luta por direitos relacionados ao trabalho, de fato, são históricas na formação da sociedade brasileira, não só de mulheres, mas de pessoas também pretas e pardas, já que, por mais que o Brasil recebeu uma significativa quantidade de mão de obra branca, essa realidade se aplicaria, concentradamente, no Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo as outras regiões bastante distintas dessa dinâmica (BATALHA, 2018, p. 177).

Outrossim, o ano de 1932 continua a ser palco de grandes acontecimentos políticos nacionais envolvendo reformas importantes, como a posse de Souza Costa para a presidência do Banco do Brasil²⁷, o que envolve uma mudança profunda nas guisas de organização da economia brasileira com uma maior intervenção do Estado, visando conter as crises financeiras da década de 20, incluindo a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929. Em outro viés, no dia 25 de fevereiro de 1932, foi assinado o Código Eleitoral, que de fato mudou os rumos políticos do Brasil, pois, concomitantemente, criou, através dele, a Justiça Eleitoral²⁸.

23 DIÁRIO CARIOCA, “Actos do Governo Provisório”, 16 de janeiro de 1931, edição 00784, p. 7.

24 DIÁRIO CARIOCA, “O governo concedeu a demissão do ministro Francisco Campos”, 03 de setembro de 1931, edição 00978, p. 1.

25 JORNAL DO BRASIL, “A reorganização provisória do Supremo Tribunal Federal”, 05 de fevereiro, edição 00031, p.8

26 DIÁRIO DA NOITE, “O projecto que regula as condições do trabalho das mulheres”, 17 de dezembro de 1931, edição B00581, p. 2.

27 DIÁRIO DA NOITE, “Chegou o Sr. Souza Costa”, 13 de janeiro de 1932, edição 00602, p. 1.

28 O FLUMINENSE, “Política Nacional — O Código Eleitoral”, 25 de fevereiro de 1932, edição 15007, p. 1.

Sem dúvidas, a Revolução Constitucionalista foi um dos maiores obstáculos do Governo Provisório de Vargas para além de seus feitos. São Paulo, ao se ver parcialmente fora da disputa eleitoral que antes desfrutava, foi barrado pela Revolução de 1930 e permaneceu insatisfeito frente aos interventores que o governo federal nomeava²⁹. Foi nesse momento que a Frente Única Paulista se formou, sob a fundição do Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático. Por meio da organização se embasou a Revolução Constitucionalista que objetivava a derrubada do Governo Provisório que, para São Paulo, por muito se prolongava.

Os pólos opostos não se atraem: o jogo político de Vargas sobre as eleições de 1934 e a segunda constituição brasileira

O ano de 1933 evidenciou uma variedade de pensamentos que entravam em conflito quando se tratava de escolher qual seria o sistema político brasileiro, assim observamos em revistas e jornais como o P.R.U., que visava a constitucionalização do país e os limites sobre o liberalismo dos estados³⁰, ou do U.T.L.J., que almejava em seu anteprojeto um amparo sobre o trabalhador tanto braçal quanto intelectual³¹; também se nota as movimentações de grupos tenentistas como o Clube 3 de Outubro que teve participação crucial ao prestar congratulações a Vargas e sua estratégia, buscando acalmar os ânimos dos opositores³²; e a possibilidade de alguns personagens desse jogo, pelo poder, expressarem seu favorecimento ou recusa de algum projeto, como Flores da Cunha, que em 1932 se

29 DIÁRIO DA NOITE, “A posse do novo interventor de São Paulo”, 05 de março de 1932, edição 00644, p. 1.

30 JORNAL DO BRASIL, “O partido republicano universitário ‘P.R.U.’ e o seu programa”, 5 de julho de 1932, edição 00158, p. 8.

31 JORNAL DO BRASIL, “A instalação dos trabalhos da comissão do ante-projeto da constituição”, 6 de novembro de 1932, edição 00265, p. 7.

32 JORNAL DO BRASIL, O partido republicano universitário “P.R.U.” e o seu programa”, 5 de julho de 1932, edição 00158, p. 7.

apresentou como aliado à construção do Brasil segundo a proposta de Getúlio³³; ou até mesmo as sub-comissões dos jornais, como no caso do Jornal do Brasil, que deixavam explícito que o projeto estatal que os agradava era aquele que visava sobretudo o equilíbrio das opiniões da população rejeitando o controle de votos por região³⁴.

Uma perspectiva um tanto diferente daquela que vemos no fim do Império e início da Primeira República, em que militares e liberais se aliam em prol da abolição do antigo regime imperial (SOUSA, 2012, p. 50), agora estes grupos agem como elétrons dentro da mesma esfera de um átomo, se repelindo a todo momento com intensa força. Assim, diversas mobilizações foram efetuadas (PANDOLFI, 2019, p. 12-13), sendo este o fator problemático enfrentado num primeiro momento pelo governo getulista: lidar com a heterogeneidade (CEPÊDA, 2009, p. 213) ocasionada por um certo nível de regionalidade, mas, principalmente, pela natureza dos grupos políticos concisos que integram este campo na República (SILVA, SILVA, 2015, p. 76), e também pela ascensão do tenentismo. Estes conflitos eram vivenciados mesmo dentro dos cargos constituintes.

Diversas medidas autoritárias e centralizadoras durante este governo provisório foram tomadas para que o antigo sistema não pudesse vigorar novamente: nas questões trabalhistas, onde Getúlio passa a operar como um institucionalizador dos sindicatos e das relações trabalhistas, com o intuito de controlar possíveis greves (PANDOLFI, 2019, pp. 13–37); foi em 1932 que Vargas regulamenta a diretoria geral da educação (WAHRLICH, 1975, p. 20); as mudanças no campo eleitoral como, por exemplo, o fim das assembleias legislativas dos estados e municípios, sendo agora papel do chefe de governo a seleção para cargos públicos (WAHRLICH, 1975, p. 8). A maioria dos interventores têm origem militar; por isso, o Partido Democrático paulista se vê desprivilegiado e tende ao conflito armado (LEITE, 1962, p. 145). E aqui podemos pensar sobre a fala do ministro

33 JORNAL DO BRASIL, “O partido republicano universitário “P.R.U.” e o seu programa” 5 de julho de 1932, edição 00158, p. 7.

34 JORNAL DO BRASIL, “o equilíbrio político na assembleia nacional”, 13 de dezembro de 1932, edição 00296, p. 5.

José Américo de Almeida para “*O Jornal*” em que solicita aos envolvidos da revolução constitucionalista paulista para que encerre o conflito por este ir contra a concepção de nacionalidade³⁵. Mas como atender a uma moral nacionalista quando as suas necessidades não são atendidas? Assim, a revolta foi reprimida pelas forças militares do país e seus líderes presos³⁶.

Com as intensas pressões da oposição sobre a legalidade do governo brasileiro através das eleições e da constitucionalização, o chefe de estado convoca as votações para a Assembleia Constituinte e é eleito presidente do Brasil em junho de 1933, onde a maioria dos eleitos foram situacionistas; a segunda Constituição Brasileira só foi efetivada em 1934 sendo sua escrita presidenciável por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (PANDOLFI, 2019, p. 13). A segunda Constituição de nosso país contava com diversas inovações como a participação feminina, o conceito de cidadania política, um grupo específico para a fiscalização eleitoral e voto proporcional *per capita* e associações profissionais, mas ainda não representava total igualdade política, pois excluía a parcela analfabeta da população (CAPÊDA, 2009, p. 224); foi considerado por autores como Thiago Silva e Estevão Silva (2015, p. 76) como a precursora das eleições mais disputadas da história brasileira, em que a oposição obtém bastante poder operante no cenário, pois o povo tinha consciência do papel do voto como uma maneira de impor suas próprias vontades dentro do jogo político para decidir os rumos do país³⁷.

Este caráter das novas leis de pluralizar ou, até mesmo, nessa divisibilidade do organismo político pode ser identificada e justificada na teoria de Durkheim (1976), em que o corpo político acaba ganhando mais estrutura e complexidade, estabelecendo ordem. Esta nova Constituição atendia às necessidades revolucionárias da população liberal democrática que garante uma autonomia financeira dos estados. As eleições agora seriam diretas; diferentemente, os cargos de

35 O JORNAL, “O movimento revolucionario”, 12 de agosto de 1932, edição 04226, p. 1

36 JORNAL DO BRASIL, “a chegada a esta capital do General Bertholdo Klinger e de mais 23 oficiais revolucionários de S. Paulo” 5 de outubro de 1932, edição 00237, p. 7

37 NAÇÃO BRASILEIRA, “Uma entrevista com um colega da imprensa carioca”, abril de 1933, edição 00114, p. 7

governadores eram escolhidos indiretamente através das assembleias estaduais. Todos teriam quatro anos para ocupar seus respectivos cargos, não sendo permitido reeleição (PANDOLFI, 2019, p. 14). É interessante reafirmarmos que o ano de 1934 representou então uma renovação dos cargos e relacionamentos sociais dentro do campo político do país.

É necessário destacarmos que este processo eleitoral não foi isento de conflitos, e cito aqui o exemplo de antigos aliados políticos de Getúlio Vargas que agora passam a representar concorrência dentro deste jogo político, como o caso de General Flores da Cunha que evitava estar presente nos mesmos locais em que o líder do governo provisório estava³⁸, ou até mesmo a demissão de Daltro Filho de seu cargo público³⁹; também na questão conhecida como “a guerra da imprensa” em que alguns jornais por todo país entraram nas disputas políticas ao apoiarem ou não algum candidato, como foi o caso paulista (SOUSA, 2012, p. 51).

A socióloga Mary Douglas (2007, p. 15-22) desenvolve o conceito de “sociedade” ao analisar as sociedades em que o governo diz respeito sobre relações humanas de desconfiança e rejeição, mas também sobre amizades. Sendo um bom ator político é capaz de conseguir uma quantidade maior de aliados em busca da estabilidade através da solidariedade, porém neste momento histórico é notório que com a grande mudança governamental há uma instabilidade remodelando os pactos sociais. Por isso, Vera Cepêda (2009) analisa como algumas perspectivas historiográficas notam que o processo eleitoral evidencia o amadurecimento dos partidos, fazendo-os elaborar mais suas próprias questões e lutarem para que a sua opinião seja acatada, a exemplo disso, diversos conflitos em vários estados do país (PANDOLFI, 2019, p. 14).

Esta Constituição foi a primeira a representar as vontades burguesas, como a necessidade de ampliar o mercado industrial ocasionado pelo esgotamento da

38 A NAÇÃO, “A partida do general Flores da Cunha”, 25 de agosto de 1933, edição 00192, p. 3.

39 JORNAL DO BRASIL, “Foi exonerado do cargo do comando da 2ª região militar, o senhor general Daltro Filho”, 5 de maio de 1934, edição 00106, p. 7.

exportação do café⁴⁰, e desta forma, se amparando também nas referências internacionais (CAPÊDA, 2009, p. 214). Alguns historiadores como Vera Alves Capêda (2009) entendem que o rumo autoritário do liberalismo internacional, os sistemas imperativos na Europa, como o fascismo e o nazismo, refletiu no cenário nacional, ou seja, em uma figura centralizadora (CAPÊDA, 2009, p. 215).

Getúlio Vargas lançou sua candidatura em 25 de agosto de 1933, exatamente entre essas disputas internacionais que requerem certa estratégia política do governante⁴¹. E foram diversas medidas para tanto, desde o desfile popular pela aclamação de Getúlio Vargas pelo restabelecimento do governador por parte da união beneficente dos motoristas brasileiros⁴² até a Revolução de 30 em que ampara as questões de nacionalidade e heróis nacionais; prova disso está na pressão em que faz para conseguir anistia para os presos responsáveis pelo movimento⁴³. O plano governamental se sustenta sobretudo nas mudanças sociais como a integração da classe trabalhadora nas decisões nacionais⁴⁴ e transições políticas (CAPÊDA, 2009, p. 219) ou em agregar os estados do Norte e do Nordeste, territórios negligenciados na Primeira República, nos futuros planos nacionais⁴⁵,

Apesar dessa visão ser muito simplória se tratando da real problemática, diante desta fragmentação que Vargas enfrenta, ele acaba por relutar em instaurar novamente a Assembleia Legislativa para a legalidade por temer o antigo regime.

40 E aqui cabe ressaltar que este esgotamento é enfrentado desde o final da Primeira República em que o liberalismo econômico evidente dentro do cenário monetário do país, pois não havia um controle sobre a produção gerando um grande excedente diminuído o seu valor no cenário global, assim a medida getulista é se apoiar na industrialização que já nasce subordinada a dinâmica europeia (ARIAS NETO, 2018, p. 211-248).

41 A NAÇÃO, “Traduzindo o pensamento das correntes revolucionárias”, 25 de agosto de 1933, edição 00192, p. 1

42 JORNAL DO BRASIL, “Em regozijo pelo restabelecimento do Sr. Chefe do governo provisório e da Sra. Getúlio Vargas, “As actividades políticas do governo provisório”, 15 de julho de 1933, edição 00166, p. 8.

43 A NAÇÃO, “O chefe de governo provisório indo ao encontro da opinião unânime do país mandou que se apressasse o processo de anistia ampla dos militares” 18 de outubro de 1933, edição 00238, p. 1

44 JORNAL DO BRASIL, “Em regozijo pelo restabelecimento do Sr. Chefe do Governo Provisório e da Sra. Getúlio Vargas”. 15 de julho de 1933, edição 00166, p. 7.

45 A NAÇÃO, “Muito proveitosa a viagem do sr. Getúlio Vargas que regressa amanhã do Norte”. 4 de outubro de 1933, edição 00226, p. 1.

Entretanto, a todo momento sofre pressões republicanas que sentem que o longo governo provisório representa um apagamento da luta política que a Revolução de 30 conquistou (CAPÊDA, 2009, p. 222); assim, notam que a luta política deve ser voltada agora contra o individualismo (CAPÊDA, 2009, p. 219).

De volta à questão da Constituição de 1934 e suas características, como analisado por diversos historiadores uma das principais particularidades das inovações trazidas por Vargas na nova Constituição foi a agregação dos direitos trabalhistas como pauta dos interesses constitucionais⁴⁶; ademais, Vargas instaurou a opacidade do voto, sendo ele obrigatório a todos os maiores de 18 anos, excluindo mendigos e militares que não alcançaram a patente de sargento; estabeleceu o voto direto para o cargo da presidência como já mencionado sobre a institucionalização do sistema eleitoral, agora esse órgão passa a um processo crítico e analítico sobre a apuração dos resultados deixando de ser controlada pelas mãos do chefe de estado vigente, o que não significa isenção de fraudes no sistema (CAPÊDA, 2009, p. 224). Thiago Silva e Estevão Silva (2015) estabelecem a tese de que estas medidas tomadas, para além da perspectiva tradicional cujo cerne está em uma estratégia para eliminar o federalismo proporcionado pela Primeira República, refletem, acima de tudo, numa propaganda política para a sua figura (SILVA, SILVA, 2015, p. 76), enfraquecendo o poder das elites e as raízes em que estas se consolidaram. Destarte, conseguimos entender que os conflitos que tangenciam os anos de 1933 e 1934 foram inúmeros e exigiram de Vargas uma jogada política de agregar todos os novos projetos para assim se manter no poder.

46 E neste aspecto devemos deixar claro que a participação feminina na política brasileira se demonstra um aspecto já aparentemente bem discutido dentro dos espaços sociais quando jornais importantes se demonstram a favor da educação sobre o assunto para serem integrantes ativas (JORNAL DO BRASIL, 27 de setembro de 1932, edição 00230, p. 8) ou até mesmo notamos uma divergência sobre a fragilidade feminina seria um impecilho para seu juízo perfeito como na charge do jornal “A província” em que dois homens comentam com uma mulher “- Porque tão grande desconsolo?...” Nenhuma resposta é proferida por parte dela e estes prosseguem: “- Qual! Anime-se! Pois se o século é das senhoras: nos ares, nos versos, no amor, na beleza, em tudo!... enquanto que nós somos os vencidos...” (A PROVÍNCIA, 23 out. 1927, p. 01.), mas, em contrapartida, tivemos o discurso do deputado Jones Rocha que se declara a favor do voto feminino, alegando que o espírito feminino não é inferior por conta da fragilidade do corpo (JORNAL DO BRASIL, 7 de abril de 1934, edição 00099, p. 5.).

A política do tenentismo de Estado: projetos, anteprojetos e “antiprojetos” em conflito (1935-1937)

O ano de 1935 se inicia tendo vivo e presente o espírito da Constituição Republicana de 1934 no corpo de um Governo eleito indiretamente cuja liderança pertencia às mesmas personalidades que provisoriamente guiaram os rumos nacionais a partir da Revolução de 1930 até meados do ano de 1934. As inúmeras tentativas de levantes das mais diversas agregações políticas e as subsequentes depurações autoritárias de indivíduos, elementos e projetos não varguistas potencializaram a força e consolidação de Vargas. Estes elementos também são evidência da crescente polarização ideológica que surge a partir de 30 em resposta às perspectivas mais ou menos condizentes com o liberalismo excludente da Primeira República Brasileira (MAIO, CYTRYNOWICZ, 2019, p. 39). São protagonistas desse período a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a base varguista, sendo a última composta em maioria por tenentes, situacionistas, oligarcas de segunda ordem (dissidentes) e a pequena elite urbana. Em todas as três bases, verifica-se uma força popular ativa e uma inclinação radicalizada por indivíduos vinculados aos tenentes (VIANNA, 2019, pp. 106-108).

A AIB foi uma estruturação conjunta de partidos de extrema-direita cujas bases são preenchidas por militaristas, católicos⁴⁷ e conservadores, sua ideologia era notavelmente inspirada no fascismo e no anticomunismo europeu. Em resposta direta, a ANL seria a articulação de uma frente única antifascista, anti-imperialista e anti-integralista (VIANNA, 2019, p. 84), seus integrantes mais ativos eram militares ou civis com vínculos diretos, ou indiretos aos movimentos

47 Sobre o papel político da Igreja e suas relações com o Estado durante a Era Vargas, ver P. Julião (2012). Destaca-se como fonte riquíssima para coleta de elementos discursivos e ideológicos da Igreja as revistas católicas que circulavam livremente durante toda a Era Vargas, em especial ‘*A Ordem*’, periódico mensal que viveu seu auge entre 1930-45 e cujo objetivo maior era discutir “questões relativas à conduta da família e à educação dos filhos, às ações católicas e ao combate ao comunismo” (DANTAS, 2010, n.p).

tenentistas da década de 1920; além deles, vários simpatizantes democratas, comunistas e sindicalistas compunham suas linhas políticas.

O projeto nacional desenvolvimentista de Getúlio Vargas e seus tenentes era a base ideológica que firmava seu governo política e economicamente entre as elites; como um governo de coalizão, precisava atuar com maestria e firmeza. Argemiro Brum (1990, p. 87), comentando sobre o projeto de Vargas, afirma que “o jogo de interesses e (...) as crises políticas revelam as contradições e os interesses divergentes de grupos e classes sociais (...) que declinam e outros – novos – que emergem”. Argemiro (1990, p. 84) ainda ressalta o papel social que teria o Estado sob Vargas à época: “Intermediar, conciliar e arbitrar os interesses de classe, (...) os conflitos entre o capital e o trabalho (empresários e operários)”. Bresser-Pereira (2018, p. 30) afirma que, após a tentativa de Revolução de 32, o governo

se sentiu obrigado a buscar o apoio das classes emergentes: do proletariado urbano, com extensivas leis trabalhistas; da nova classe média, beneficiada pela concessão de cargos públicos; dos empresários industriais, com a adoção de políticas industrializantes.

A ascensão de organizações polarizadas como a AIB e a ANL podem muito bem ser identificadas, ao menos em parte, como sendo uma resposta a suposta ineficiência ou superficialidade das ações concretizadas pelo governo Vargas nos anos de Governo Provisório e, sobretudo, são um desenlace de duas pontas da decepção ao vislumbrar a Constituição de 1934, de início um impulso das forças e vontades que moveram a Revolução de 30, mas ao final corrompido pela politicagem das elites tradicionais e da fraqueza dos ideais da gestão varguista (VIANNA, 2019, p. 71; 91).

Não à toa, enquanto o ano de 1934 se encerra sem a resolução por completo da onda de movimentos e greves sindicais⁴⁸ eclodidas em setores cardeais para o desenvolvimento da indústria brasileira (transportes, energia, insumos), ao

⁴⁸ A NAÇÃO, “Terminou hontem a greve postal, continuando a dos marítimos”, 04 de janeiro de 1935, edição 00608, p. 1.

início de 1935 as principais federações iniciam seus trabalhos nas Câmaras Constituintes. Além disso, em fevereiro uma grande equipe de ministros e agentes do Governo visitam os EUA para tratar dos detalhes do Acordo Comercial entre os dois países⁴⁹. O Acordo Comercial entre Brasil e Estados Unidos assinado a 02 de fevereiro⁵⁰ foi um movimento que tornou extremamente vantajosa a barganha para o lado americano; e foi uma resposta estratégica aos acordos de isenção mútua promulgados entre Brasil e Alemanha⁵¹.

A inquietude política estava posta não apenas nacional, como internacionalmente. Movimentações alemãs, americanas e dos vizinhos latinos impactavam discursos e requeriam a atenção dos membros do Governo e da sociedade civil em geral. Em especial, as movimentações vinculadas à Rússia tinham um peso enorme sobre a geopolítica ocidental; a efervescência da tensão entre o regime soviético e as potências ocidentais, com a ‘ameaça comunista’ se mostrando presente em várias alterações de projeção internacional, não houve outro resultado no Brasil que não uma comoção das forças políticas e um temor geral instaurado por setores sociais específicos a partir da reação governista a quaisquer assuntos que possam aludir, minimamente, ao comunismo e suas variáveis.

49 CPDOC/FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.01.09. Correspondência sobre a “Missão financeira Sousa Costa” aos Estados Unidos e à Europa tendo por objetivo a renegociação da dívida externa brasileira. Inclui: posição de Oswaldo Aranha contrária a ida de Sousa Costa aos Estados Unidos; encaminhamento das negociações para liquidação dos créditos do comércio americano; sugestão para um decreto de liberdade cambial; medidas a serem tomadas pelo Banco do Brasil antes da promulgação do decreto; aprovação pelo Conselho Federal do Comércio Exterior do decreto sobre liberdade de câmbio e medidas complementares; encaminhamento da renegociação das dívidas brasileiras na Inglaterra; empréstimo Rothschild para o pagamento das dívidas brasileiras; resistências do Governo inglês em relação ao início de um Acordo Comercial como Brasil; posição de Getúlio Vargas contrária ao empréstimo Rothschild e minuta do Acordo com a Inglaterra estabelecendo as condições de pagamento das dívidas brasileira. Rio de Janeiro, Washington (Vol. XVII/6, 7, 8, 9, 10, 17, 24, 25, 26a, 26b, 27, 33a, 33b, 34a, 34b, 39a, 39b, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50a, 50b, 54, 55). Disponível em: <docvirt.com/docreader.net/FGV_GV>. Acesso em: 14 ago. 2023.

50 CPDOC/FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.01.08. Correspondência a Getúlio Vargas sobre tratado comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, abordando a questão dos atrasados comerciais e dos acordos com a Alemanha e a Itália, informando sobre a assinatura do acordo, em Washington. Rio de Janeiro (Vol. XVII/5, 20 e 21). Disponível em: <docvirt.com/docreader.net/FGV_GV>. Acesso em: 14 ago. 2023.

51 Sobre o Acordo Comercial de 1935 entre Brasil e EUA, ver Leopoldi, M. A. P. (2019, p. 285-6) e Koifman, F. (2019, p. 316). Sobre as relações econômicas entre Brasil e Alemanha e o “comércio compensatório”, acordo econômico de benefício mútuo, ver Koifman F. (2019, p. 315-6).

O jornal *A Nação*, em reportagem de fins de janeiro, reverberou tímida satisfação ao veicular a notícia da chegada do “Cavaleiro da Esperança”⁵², título dado a Luís Carlos Prestes após a atuação lendária na liderança da Coluna Prestes⁵³. O ex-militar, após se exilar na Bolívia, partiu para Moscou com sua família, voltando ao Brasil apenas em fevereiro de 1935 (VIANNA, 2019, p. 78-79). A notícia do periódico tratava de maneira otimista o retorno de Prestes e previa a este um papel importante na composição do Brasil enquanto nação.

A Nação foi criada em 1933, e dirigida em conjunto por José Soares Maciel Filho e João Alberto Lins de Barros. Era um periódico com viés tenentista, de apoio ao governo Vargas, cujas críticas veiculadas eram, quase sempre, tímidas ou direcionadas a aspectos específicos da gestão. Entretanto, a partir de 1935, com a iniciativa do Governo Vargas de implementar uma Lei de Segurança Nacional, o periódico se mostrou mais combativo e atuou por cerca de um mês em posição contrária a esse movimento (FERREIRA, M. M., 1984, n.p).

Ademais, Prestes mantinha há alguns meses relações mais estreitas com membros da Internacional Comunista na Rússia (VIANNA, 2019, p. 79); e, além disso, seria condecorado como Presidente de Honra da ANL em 30 de março, cerca de dois meses após seu retorno (VIANNA., 2019, p. 84–85). A notícia, veiculada em 26 de janeiro de 1935, resultou em uma súbita mudança na direção do periódico, comandado, a partir de 02 de fevereiro do mesmo ano, por Pedro Vergara⁵⁴. A partir de então, *A Nação* adotara um viés estritamente varguista, “engajando-se numa campanha em defesa da aprovação da Lei de Segurança Nacional e de combate ao comunismo” (FERREIRA, M. M., 1984, n.p). Como pautas diárias, estava presente a defesa de uma união nacional em prol da Lei de Segurança Nacional e a incitação e acusação de todos os possíveis indivíduos

52 A NAÇÃO, “O Cavaleiro da Esperança”, 26 de janeiro de 1935, edição 00627, p. 4.

53 Para mais sobre a trajetória da Coluna Prestes, o tenentismo como movimento e a ‘política do Exército’, ver Lanna Júnior (2018).

54 Nota-se que a partir da edição 00632, *A Nação* passou a ser dirigido unicamente por Pedro Vergara, e assim continuou até o fim do Governo constitucionalista de Vargas.

vinculados à Aliança Nacional Libertadora, cujo caráter “extremista, libertário (...) e inteiramente comunista”⁵⁵ estaria ameaçando a segurança do país.

No dia 04 de abril, Vargas sanciona a Lei de Segurança Nacional⁵⁶, que daria autonomia ao Governo para impor o “estado de guerra quando ocorressem manifestações que subvertessem as instituições políticas e sociais” e, com isso, entre outros pontos:

a censura aos meios de comunicação e prisão de um a dez anos para aqueles que estimulassem ou promovessem manifestações de indisciplina nas Forças Armadas ou greves nos serviços públicos. As entidades sindicais consideradas suspeitas poderiam ser fechadas (PANDOLFI, 2019, pp. 33-34).

Após intensas articulações e pressões à oposição no Congresso, Vargas venceu o debate argumentando que “é preciso fortalecer o governo contra a desordem”⁵⁷. A ação seria um apêndice jurídico importante para a repressão e as ações que viriam a seguir, sobretudo contra a organização da ANL. Em 11 de julho, o Governo determinou por decreto o fechamento de todos os núcleos da ANL do país (ABREU, 1984a, n.p). Em 15 de julho, em cumprimento desse, foram fechados os núcleos da ANL nas cidades de Fortaleza, Recife, Belém, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio e em São Paulo houve protestos de populares que foram dispersados pela Polícia⁵⁸.

Dias antes, em 05 de julho, Luís Carlos Prestes redigiu um manifesto convocando a Aliança à luta que havia “se iniciado em 1922”, em alusão aos movimentos tenentistas. Prestes insistia na tomada do poder popular por meios violentos e na continuação dos anseios revolucionários que haviam iniciado na década anterior com os tenentes e tomados pelos aliancistas de 30. Em declaração final, no manifesto, Prestes incita o conflito: “Abaixo o fascismo! Abaixo o governo

55 A NAÇÃO, “Vida política: Comunismo”, 09 de julho de 1935, edição 00765, p. 6.

56 A NAÇÃO, “O Sr. Getúlio Vargas, Presidente da República, sancionou ontem a Lei de Segurança, 05 de abril de 1935, edição 00684, p. 1.

57 A NAÇÃO, “Bom senso”, 09 de julho de 1935, edição 00765, p. 6.

58 A NAÇÃO, “Eliminados os focos subversivos espalhados no país”, 16 de julho de 1935, edição 00771, p. 3.

odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder à ANL!” (ABREU, 1984a, n.p).

Nesse primeiro embate de Vargas contra uma organização semi-partidária de massas díspares, contemplando civis democratas, tenentistas, membros da oposição e socialistas simpatizantes, em nada a multiplicidade de pensamentos influenciava o debate, pois a propaganda e a imagem da ANL se devia por completo à figura de “Prestes, o comunista”. O movimento precisava, urgentemente, ser encerrado e seus dirigentes, eliminados. A AIB, antagonista da ANL, foi de importante serviço ao governo nesse período de enfrentamento; eram aliados contra o “ímpeto comunista”.

Autoridades do governo, da imprensa, das instituições públicas e líderes civis manifestaram-se inquietamente entre julho e novembro: todas as armas estavam apontadas para a ANL. O objetivo era tornar a Aliança Nacional Libertadora sinônimo do “comunismo” e, em seguida, vincular por meio de inquéritos e medidas judiciais de segurança a ‘ANL’ como homônima do ‘PCB’⁵⁹. A eficácia da estratégia era incontestável: a aversão ao comunismo partia de todas as mais diversas classes e setores da sociedade brasileira à época.

Ao final de novembro, em revoltas organizadas por núcleos regionais da ANL nas cidades de Natal (dia 23) e Recife (dia 24), teve início o processo de insurreição acalorado e mal planejado, conhecido tradicionalmente como a “Intentona Comunista”⁶⁰. Em Natal, a rebelião foi fruto da ação revoltosa e indeliberada de um batalhão militar. A princípio, o movimento foi tido como uma quartelada

59 A NAÇÃO. “O Partido Comunista não descansa. Negado o seu registo, transformou-se em Aliança Nacional Libertadora. Liquidada esta pela Côrte Suprema, ainda vem por aí outra transformação. Não o perca de vista o governo”, 23 de agosto de 1935, edição 00803, p. 4. O vínculo feito na mídia, incorretamente, entre PCB e ANL, é um alarde; uma forma de associar repetidamente os membros da Aliança ao comunismo e assim, descredibilizá-los.

60 O uso da nomenclatura “Intentona Comunista” é, por si, um termo pejorativo e contraditório utilizado pelo Governo Vargas e partidários do anticomunismo à época e depois. Isso porque trata os levantes como iniciativas comunistas de orquestrar uma queda das instituições liberais (incluindo a família, a religião e a ordem) “à maneira bolchevique”, porém aos tropeços, sem uma base articulada e sem desenvoltura social para tanto. Ver Vianna (2019, p. 107); Koifman (2019, p. 317).

e as lideranças locais foram acusadas de incitação. Para a população, a desinformação predominava: “Uns diziam que o movimento era da ANL, outros, que era da Aliança Social, outros, que de elementos despeitados da situação, e um cabo me disse que era comunista” (VIANNA, 2019, p. 95).

Em Recife, a rebelião foi mais organizada, e também dirigida por núcleos comunistas, mais fortes na região que nos demais Estados nordestinos. Na capital pernambucana, os rebeldes conseguiram apoio de alguns oficiais do quartel, e rapidamente tomaram a cidade. Entretanto, forças legalistas de vários Estados vieram ao reforço e no dia 27 de novembro todos os revoltosos jaziam presos (VIANNA, 2019, pp. 96-98).

No Rio de Janeiro, sob a liderança de Prestes, que insistia em apoiar os revoltosos camaradas nordestinos, eclodiu a revolta apenas 48h após a primeira deliberação da direção da Aliança, sem que a direção do PCB ou da ANL houvesse previamente premeditado, ou cogitado essa movimentação (VIANNA, 2019, p. 99); nesse prazo Prestes tentou contatar a Internacional Comunista de Moscou, fato que comprova, segundo M. Vianna (2019, p. 98) “o absurdo de atribuir os levantes às ordens de Moscou” e a “desarticulação do movimento”, pois os russos não tinham noção da movimentação no Rio, tampouco no Nordeste.

Além disso, o levante aliancista na capital não contou com o mínimo de apoio popular: o PCB ficou responsável por liderar um pequeno grupo não militar de 140 militantes interessados em lutar (VIANNA, 2019, pp. 99-100). A insurreição, precipitada, estava fadada ao fracasso, fora de fato uma “Intentona”; o que é questionável, entretanto, é seu caráter “comunista”. Preservava-se a ideologia tenentista dos estratos militares da ANL: uma visão quase fabulosa do ‘papel militar’ como orquestrador e executor da revolta, alheios aos planos estavam os populares.

Após os levantes de novembro, a retaliação do Governo Vargas aos mem-

bro da ANL, participantes ou não da revolta, foi duramente executada⁶¹. Em 26 de novembro, foi decretado o estado de sítio⁶² para combater sem receios a investida revolucionária. No dia 29 de novembro, após três dias sem qualquer manifestação, *A Nação* publica uma onda de manchetes sob o referente geral da “Rebelião extremista”⁶³: Presta-se homenagem às vítimas da “Intentona Comunista”; promulga discursos de várias lideranças do Parlamento e de representantes dos Estados; indaga-se o paradeiro de Luiz Carlos Prestes e outras lideranças da ANL; exalta-se, vigorosamente, a ação militar do governo; por fim, nega-se o envolvimento de populares nos atos revoltosos, o que, apesar da constatação de fato da ínfima participação popular, trata-se de uma clara manobra de evitar chiliques e críticas opositoras por qualquer ação violenta governista. Em 03 de dezembro, o Governo criou a Comissão de Repressão ao Comunismo, onde o General Góes Monteiro, em discurso extremo, insinuou “que os direitos constitucionais não deveriam ser mantidos, para que a repressão pudesse ser mais eficiente” (VIANNA, 2019, p. 102).

Uma suposta ameaça comunista em território de influência norte-americana não seria posta a desfado pelos centros de inteligência das potências ocidentais. Com isso em mente, Vargas buscou articular parcerias internacionais com a Alemanha Nazista e com os Estados Unidos para que estes viabilizassem suporte nas investigações aos eventos e seus atores:

61 CPDOC/FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.12.03/3. Documentos sobre as medidas repressivas adotadas pelo Governo e pelas Forças Armadas em relação aos participantes do movimento comunista. Inclui ata da reunião dos generais para decidir sobre as providências legais a serem tomadas; voto de Góes Monteiro na reunião; projeto de lei dispondo sobre a expulsão do Exército dos oficiais rebeldes; auto de qualificação de Hercolino Cascardo, acusado de envolvimento com a Aliança Nacional Libertadora; cópias de cartas constantes dos autos do inquérito de Harry Berger; análise retrospectiva do movimento; cópias de documentos da Aliança Nacional Libertadora, apreendidos pela Polícia Federal e termos de declarações prestadas à Polícia do Distrito Federal por pessoas acusadas de participação na rebelião comunista. (Vol. XX/49, 50, 51, 53, 57, 84, 85, 87, 88, 89 e Vol. XXI/2, 10, 21, 38, 39, 40, 43, 44, 46 e 51). Disponível em: <docvirt.com/docreader.net/FGV_GV>. Acesso em: 15 ago. 2023.

62 O JORNAL, “Graves acontecimentos, de carácter extremista, em Natal e Recife”, 26 de novembro de 1935, edição 05039, pp. 1-2.

63 A NAÇÃO, “A rebelião extremista”, 29 de novembro de 1935, edição 00887, p. 1.

Pediu-se a ajuda do Intelligence Service inglês e da Gestapo nazista para identificar os revolucionários estrangeiros, e o chefe de polícia, Filinto Strübing Müller, iniciou uma brutal repressão. Foram atingidos por ela não só comunistas e aliancistas, mas todos os democratas e quem mais se opusesse ao governo (VIANNA, 2019, p. 102).

A partir de 20 de dezembro de 1935, uma série de direitos e privilégios garantidos em 1934 vão sendo violados, um após o outro, pelo estado de sítio que é equiparado ao Estado de guerra nacional, ainda que com a oposição, consistente, mas insuficiente, de pouco menos de um terço de congressistas⁶⁴, os quais, em meio à repressão e autoritarismo, veem esse prolongamento e inalienabilidade do estado de guerra como “a morte do regime democrático”⁶⁵. Suspende-se o direito à imunidade parlamentar, para a defesa das “leis jurídicas, morais e espirituais” da nação⁶⁶; iniciam-se processos de silenciamento e censura a discursos destoa antes dos emitidos por canais oficiais do governo e seus apoiadores, inclusive dentro do Congresso Nacional⁶⁷. Todo o aparato varguista estava operando para a desestabilização da ordem institucional liberal, todas as ações centralizavam e garantiam maior controle do Estado sob o Executivo.

Na virada do ano, em 01 de janeiro de 1936, Vargas discursa calorosamente para a nação pelo programa *A Hora do Brasil*; o presidente exalta a vitória nacional contra os males do comunismo e das investidas da Terceira Internacional⁶⁸. Em virtude das medidas e resultados contra a ameaça do comunismo, Vargas foi reconhecidamente elogiado e premiado por instituições públicas e privadas internacionais⁶⁹. É relevante pontuarmos a relevância da imagem de estadista que

Vargas estava construindo para si e seu governo como um defensor da lei e da
64 A NAÇÃO, “Equiparação do sítio ao Estado de Guerra, 21 de dezembro de 1935, edição 00906, p. 1, 4.

65 A NAÇÃO, “Estado de Guerra”, 22 de dezembro de 1935, edição 00907, p. 1.

66 A NAÇÃO, “Emenda suspendendo também as imunidades parlamentares”, 07 de dezembro de 1935, edição 00894, p. 1, 4.

67 A NAÇÃO, “Censura aos discursos parlamentares”, 07 de fevereiro de 1936, edição 00945, p. 1, 4.

68 A NAÇÃO, “Novo Rumo”, 01 de janeiro de 1936, edição 00914, p. 3.

69 A NAÇÃO, “Pela paz americana”, 19 de março de 1936, edição 00978, p. 1, 4.

70 A NAÇÃO, “O ministro da Propaganda da Alemanha sauda o Brasil”, 08 de setembro de 1936, edição 01124, p. 4.

ordem pública em contradição às recorrentes violações da Constituição em nome daquelas desde o início de 1935, menos de um ano após a ratificação desta.

Em fevereiro de 1936, como resultado das operações repressivas e investigativas aos atos revoltosos de novembro, foi apresentada a primeira diligência que relaciona nomes de funcionários públicos ligados à ANL⁷¹, em breve começariam os trabalhos dos tribunais. Em 06 de março, diversos jornais divulgaram, com entusiasmo, a notícia da prisão de Luiz Carlos Prestes e sua esposa, Olga Benário⁷², semanas após a prisão e tortura de outros membros da diretoria da agregação. O líder da ANL era o alvo mais cobiçado por suas relações com a Internacional Comunista e dada a fama e capital político que possuía desde a liderança do movimento dos tenentes anos antes.

No dia 11 de setembro fora criado o Tribunal de Segurança Nacional para o julgamento dos processos movidos contra “extremistas” durante o estado de guerra⁷³. No dia 24 do mês seguinte, os trabalhos no Tribunal de Segurança Nacional iniciaram-se oficialmente⁷⁴ e, após um mês de investigações sob supervisão público-institucional, anunciou-se a denúncia dos líderes e co-autores extremistas da ‘Intentona’⁷⁵ que já haviam passado penosos meses sob torturas recorrentes e condições degradantes. Prestes fora condenado a 16 anos e oito meses de prisão, no julgamento de 7 de maio de 1937, juntamente com outros líderes do movimento de 1935 (ABREU, 1984b, n.p).

Todos os gozos de direitos jurídicos passavam por seleta prerrogativa do Estado e das instituições competentes; em medida solicitada pelo Tribunal de Segurança Nacional ao Conselho da Ordem dos Advogados para a indicação *condi-*

71 A NAÇÃO, “Funcionários públicos extremistas”, 19 de fevereiro de 1936, edição 00955, p. 1.

72 A NAÇÃO, “Preso, finalmente!”, 06 de março de 1936, edição 00967, p. 1.

73 A NAÇÃO, “Creado o Tribunal de Segurança Nacional”, 12 de setembro de 1936, edição 01128, p. 2.

74 A NAÇÃO, “‘Havemos de cumprir o nosso dever’”, 25 de outubro de 1936, edição 01165, p. 3.

75 A NAÇÃO, “Denunciados os autores da Revolução Comunista”, 25 de novembro de 1936, edição 01190, p. 1.

cional de advogados aos acusados de extremismo, apenas alguns foram concedidos, mantendo outros réus sem o direito de representação⁷⁶, sendo assim também irrisório, dadas as condições, de comentarmos a manutenção de outros direitos fundamentais, como o da presunção de inocência.

Em contrapartida, é necessário comentar que muitos presos políticos foram libertos em momentos de flacidez da política autoritária repressiva que se sucederam a partir de 1937⁷⁷. Acreditamos que tal resultado foi fruto de uma suavização dos ânimos, passada a histeria política que se deu em novembro de 35 com os levantes. O foco dos debates voltava a ser a questão da sucessão presidencial e as eleições que viriam a ocorrer em 1938. Figuras de prestígio político estavam, em peso, posicionando-se para além das medidas anticomunistas e anti-extremistas, da política de prolongamento incessante do “estado de guerra”. O argumento manutenção da ordem pública já carecia de sustentação (PANDOLFI, 2019, p. 34).

Em Estados como São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, e também no Distrito Federal, figuras de oposição e rivalidade apontavam novamente suas lanças para os cargos públicos tomados por interventores e aliados varguistas. Membros do governo⁷⁸ e pré-candidatos⁷⁹ começam uma batalha, política e regionalmente localizada; subitamente, também várias acusações e ilicitudes começam a tomar parte dos discursos.

No Nordeste, a partir de 1936, inicia-se um processo de enfraquecimento dos núcleos da AIB, dada as tendências tenentistas e de forte apoio às insurreições militares na região desde a década de 20. Nos Estados do Rio Grande do Norte e da Bahia, por exemplo, respectivamente em abril e junho, os governos

76 JORNAL DO BRASIL, “Indicados os advogados dos que estão sendo processados como extremistas”, 8 de janeiro de 1937, edição 00006, p. 7.

77 JORNAL DO BRASIL, “Postos em liberdade, em Curitiba, numerosos presos políticos”, 13 de janeiro de 1937, edição 00010, p. 7.

78 JORNAL DO BRASIL, “O Sr. Agamenon Magalhães e o momento político”, 13 de janeiro de 1937, edição 00010, p. 7.

79 JORNAL DO BRASIL, “Acusado de dezoito crimes de responsabilidade o governador Mario Correia”, 13 de janeiro de 1937, edição 00010, p. 7.

locais mandaram, sob prerrogativa do estado de guerra, fechar todos e quaisquer núcleos integralistas⁸⁰.

Os projetos do Governo de Vargas e do Integralismo brasileiro, embora por muito tempo relacionados à aniquilação de qualquer ímpeto comunista, e depois, na preparação do golpe de 1937, eram díspares em essência. Para Maio e Cytrynowicz (2019, p. 47), “a AIB era um aliado essencial para a estratégia golpista, não obstante, gerasse apreensões quanto aos objetivos de preservação de um projeto político autônomo em face do plano getulista”. O extremismo e a politização polarizada eram preocupações do governo Vargas, dado o âmago revolucionário e combativo destas, muito influenciadas, em termos organizacionais e ideológicos, por remanescentes do tenentismo que não aliado aos aliancistas em 1930.

De certo modo, tanto a AIB como a ANL, representavam uma mesma sombra golpista abaixo da forma de Estado do ‘tenentismo’ encabeçado por Vargas e seus Ministros e Interventores. Assim, o tenentismo, manifesto a partir de 1930, dividia-se em uma face conspiratória, protagonizada pela AIB e pela ANL, ambas fundadas por lideranças que não compartilhavam do caráter cooptativo daqueles tenentistas que se uniram à oligarcas da Aliança Liberal, os mesmos que, após 1930, tomam uma roupagem de Estado, e executam a chamada “política do Exército”, tentando sucessivamente minar os ensejos políticos dentro dos quartéis, mas sem deixar de impor sua ideologia na administração pública.

Era, para o Governo Vargas, uma batalha política na frente ideológica, ou seja, contra os ímpetos políticos, e outra batalha na gestão política e administração da máquina estatal, ou seja, contra os inimigos da elite política tradicional. O ano de 1935 foi, segundo M. Helena Capelato (2019), apenas uma radicalização das ideias políticas expressas publicamente desde a Revolução: o liberalismo havia sido recentemente derrotado com a Revolução de 30, o comunismo não possuía sequer uma organização política nacionalmente relevante; em conclusão da análise até a presente conjuntura das vésperas do Estado Novo, as vicissitudes

80 A NAÇÃO, “Combate ao Integralismo” 09 de abril de 1936, edição 00996, p. 4; “A defesa da ordem em todo território nacional”, 16 de abril de 1936, edição 01001, p. 1, 4; “Combate ao Integralismo dentro da lei”, 09 de junho de 1936, edição 01047, p. 1.

dos partem, para nós, das ações e ideias dos movimentos tenentistas singulares em disputa constante pelo poder estatal.

“Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”⁸¹: do governo constitucional ao “Estado Novo” (1937-1939)

Na percepção de Getúlio Vargas, a Carta Constituinte apresentada e promulgada em 1934 era demasiadamente liberal e pouco centralizadora, portanto, considerando as turbulências políticas e institucionais, muitos autores percebem o golpe de 1937 como “natural”. Conquanto, para Dulce Pandolfi (2019, p. 37), devemos reconsiderar esse pressuposto, seja porque não há acontecimentos simplesmente iminentes, uma vez que esse decorrem em um contexto, ou, por ser produto de progressivos embates e disputas que não podem ser compreendidos desconexamente.

A constituinte iniciou-se em 15 de novembro de 1933 e teve seu final em 16 de junho de 1934, sendo Vargas eleito indiretamente pelo parlamento e, para isso, teve que tecer acordos com uma série de concessões. Segundo essa Carta Magna de 1934, a reeleição não seria possível e, em 1937, deveriam acontecer eleições diretas. Contudo, Vargas, após jurar a constituinte, reorganizou seus ministérios e começou a rondar os quartéis, mesmo assim, aparentemente, elas aconteceriam, jornais escreviam celebrando a democracia⁸² e candidatos de oposição organizavam-se, como Jorge Américo de Almeida, do Partido Republicano Paulista⁸³, Armando de Sales Oliveira e Flores da Cunha (PANDOLFI, 2019, pp. 27–29 e 33).

81 Referência a *Quincas Borba*, de Machado de Assis (2009, p. 59).

82 Sobre a democracia nas eleições ver JORNAL DO BRASIL, “O pleito de janeiro deve ser, antes de tudo, uma vitória do regime democrático”, 22 de julho de 1937, edição 00170, p. 7. Além disso, o mesmo jornal também dedicou uma página inteira à manifestação ocorrida no sábado à tarde em favor do candidato da oposição, Sr. José Américo. (JORNAL DO BRASIL, “A vitória da democracia”, 1 de agosto de 1937, edição 00179, p. 7).

83 JORNAL DO BRASIL, “A convenção do Partido Republicano Paulista homologou a candidatura de do Sr. Jorge Américo de Almeida a presidência da república”, 6 de julho de 1937, edição 00156, p. 7.

Diversas foram as questões que abriram margem para o golpe de 1930, como a conspiração comunista de 1935⁸⁴ ou as manifestações integralistas⁸⁵, sintomas da permanência de tensões e disputas pelo poder; soma-se a isso a difícil relação de Vargas com o congresso e a crise econômica. Na esteira dessa escalada autoritária, o presidente envia ao congresso a solicitação para que o Estado de Guerra (em vigor desde abril de 1936) fosse renovado, mas essa foi negada. A frustração nos planos do governo não permanece por muito tempo, o congresso suspendeu por 90 dias as garantias constitucionais quando o governo apresentou na imprensa um suposto (e fictício) plano comunista para dar um golpe no Brasil, o Plano Cohen⁸⁶ (PANDOLFI, 2019, pp. 33–34).

É provável que deputados e senadores, já naquela época, duvidavam da procedência do Plano, mas votaram favoráveis por temerem um Golpe. Temor justificado e medida infrutífera⁸⁷, no dia 10 de novembro de 1937 a Política Militar cercou e fechou o parlamento⁸⁸ (PANDOLFI, 2019, p. 35). Ao golpe seguiu-se uma série de câmbios quase que imediatas nas entranhas do poder para refletir maior coerência ideológica, por exemplo, a recomposição da secretaria paulista, modificações nos comandos e departamentos do exército, adiamento de julgamentos no Tribunal de Segurança Nacional, novos interventores, novo ministro da fazenda, etc⁸⁹.

84 Denominada, posteriormente, como Intentona Comunista, com um sentido pejorativo (KOIFMAN, 2019, p. 319). Em 1937 o julgamento desses foi iniciado e, na imprensa, anunciado como “O julgamento da apelação dos cabeças do movimento de 35” no JORNAL DO BRASIL, 11 de setembro de 1937, edição 00214, p. 7.

85 JORNAL DO BRASIL, “Verificou-se, durante o desfile dos integralistas, em S. Paulo, conflito violento”, 20 de julho de 1937, edição 00168, p. 7.

86 JORNAL DO BRASIL, “Esperando na Câmara a mensagem pedindo a declaração de Estado de Guerra”/“Novos planos comunistas contra o Brasil”, 1 de outubro de 1937, edição 00230, p. 7.

87 Sobre isso, Pandolfi e Grynszpan (1997, p. 21) escrevem: “Instalou-se, portanto, um processo em que as forças contrárias ao continuísmo, cedendo constantemente para evitar o pior – primeiramente o comunismo e depois a intervenção militar –, facilitaram a ação de Vargas, ação esta que terminaria por se voltar contra aquelas mesmas forças. Dessa forma, até fins de outubro não se manifestaram sérias resistências ao projeto golpista”.

88 JORNAL DO BRASIL, “Falando pelo rádio à nação brasileira, o presidente Getúlio Vargas dá as razões das medidas tomadas pelo governo”, 11 de novembro de 1937, edição 00264, p. 7.

89 JORNAL DO BRASIL, “O momento nacional”, 11 de dezembro de 1937, edição 00290, p. 7

A busca por relações mais próximas ao exército inicia-se em momentos anteriores ao golpe, por fins ilustrativos podemos rememorar o desfile militar chamado de “Dia da Pátria” e conclamado pelo então ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra⁹⁰. Deve-se ter claro, com alguma prudência, que esse movimento de aproximação e financiamento do exército⁹¹ não se encontra apenas por legitimidade, mas pelo contexto internacional pré-Segunda Guerra (embora o Brasil tenha mantido uma política de neutralidade até 1942). Muitas outras questões apresentam-se nesse tabuleiro, como a criação da Secretaria Geral da Guerra, por Dutra, em 1938⁹². Ainda nesse sentido, em 1939, a força dos militares é palpável com missões internacionais aos EUA e ao Uruguai e de militares estrangeiros no Brasil (tais como os argentinos em setembro de 1939)⁹³, inauguração de novos laboratórios químicos⁹⁴, comemorações militares com a presença presidencial (como o Dia do Soldado)⁹⁵, entre outros.

Nem todos os olhos da caserna estavam voltados às fronteiras, como é de seu dever, pelo contrário, boa parte dele vislumbrava outro inimigo, um inimigo consideravelmente mais histórico e habitual: os internos; presentes desde as milícias privadas na Primeira República (LEAL, 1948) à recente guinada autoritária a partir de 2015 (ANDRADE, 2021). Assim, sobre a ideia de “inimigos internos” aplicada ao governo Vargas na década de 1930, argumenta José Inácio de Melo Souza (2003, pp. 52 e 56):

90 JORNAL DO BRASIL, “O dia da Pátria”, 29 de agosto de 1937, edição 00203, p. 6.

91 JORNAL DO BRASIL, “O Estado novo e o armamento nacional”, 1 de dezembro de 1938, edição 00281, p. 5.

92 JORNAL DO BRASIL, “Instalada Secretaria Geral da Guerra”, 6 de janeiro de 1939, edição 00005, p. 7.

93 JORNAL DO BRASIL, “A semana da pátria”, 6 de setembro de 1939, edição 00210, p. 7.

94 JORNAL DO BRASIL, “O novo laboratório químico militar”, 1 de julho de 1939, edição 00153, p. 7.

95 JORNAL DO BRASIL, “Tiveram imponência as comemorações do dia do soldado”, 26 de agosto de 1939, edição 00201, p. 7.

(...) Ao Exército cabe o combate aos inimigos internos inseridos no universo do não-dito, isto é, as mazelas da nação: a fome, o analfabetismo e as doenças. A ótica corretiva do Exército é exposta pelo hospital para a cura, a escola para o ensino (...). Em janeiro de 1939, o CJB exibiu o assunto “Luta contra o extremismo”. Esta foi a primeira menção aos inimigos políticos do regime (...). Como no caso da Polícia Militar combatendo os malandros, os “extremistas” são postos no mesmo campo, igualando-se aos inimigos internos. O primeiro, por não se aliar à ideologia trabalhista desenvolvida pelo Estado Novo; o segundo, por empunhar o fuzil contra o regime (...).

Partindo do pressuposto que, onde há tirania, seja em indícios ou doses cavalares, há resistências, amplos foram os movimentos de contestação ao(s) regime(s) de Vargas. As revoltas e manifestações podem acontecer por inúmeras razões e assumir formas igualmente variadas (CARVALHO, 1987, p. 125). O fato é: quase todos os movimentos de contestação brasileiros, especialmente os que precipitam do povo, foram duramente reprimidos⁹⁶. Os integralistas, movimento com características do fascismo, ora apoiou Vargas, ora se tornou oposição. Em 1937, esse grupo, de natureza paramilitar, gerou recorrentes levantes violentos durante suas manifestações visando arrecadar apoios⁹⁷ e um levante mais grave, dessa vez de clara oposição, no ano seguinte.

Deve-se recordar que Vargas teria prometido a Plínio Salgado (líder dos integralistas) o Ministério da Educação. O presidente não só não o fez, prorrogando em oficializar sua decisão — com intuito de consolidar o Estado Novo —, como também realizou uma série de proibições que afetam a Ação Integralista Brasileira, como a que milícias paramilitares e civis utilizassem uniformes e simbologias. Quando a AIB buscou adequar-se às leis, tornando-se Associação Brasileira de Cultura, teve seu registro negado. Foi nesse momento, acreditando terem sido traídos por Getúlio, que tentaram por duas ocasiões atentar contra o líder do exe-

96 Em muitas circunstâncias esses movimentos revoltosos transcendem o governo e colocam-se opostos ao Estado e ao sistema. Prova disso é o Cangaço, Virgulino Ferreira (nome da personagem conhecida como Lampião) entrou para o movimento ainda durante a Primeira República e faleceu — em uma operação do Estado — em 1938. JORNAL DO BRASIL, “O nordeste e seu flagelo”, 30 de julho de 1938, edição 00176, p. 5.

97 JORNAL DO BRASIL, “Verificou-se, durante o desfile dos integralistas, em S. Paulo, conflito violento”, 20 de julho de 1937, edição 00168, p. 7.

cutivo. Uma vez na rádio Mayrink Veiga, mas foram rapidamente desmobilizados pela polícia antes mesmo de começarem, e outra quando invadiram o Palácio da Guanabara (parte de um plano amplo que aconteceria na mesma noite), onde residia o presidente. Mesmo com a cooperação do tenente Júlio Nascimento que, de dentro do palácio, cortou a eletricidade e o sistema telefônico, houve problemas, esqueceram-se da linha direta da qual dispunha o pretendente e, contactada as autoridades, os integralistas foram desmobilizados e muitos deles fuzilados no local (GONÇALVES, CALDEIRA NETO, 2020, pp. 59–63). Sobre esse acontecimento, Getúlio, pelo rádio, discursa:

Na madrugada de 11 de maio, os inimigos da Pátria erigiram a violência e o ódio faccioso em norma de acção. Os indivíduos que assaltaram casas residências para trucidar os seus moradores, eram, na generalidade, meros sicários sem qualificação social e sem profissão conhecida. Os chefes e seus prepostos imediatos fugiram acovardados; os mandantes e instigadores negam as responsabilidades e lavam, na bacia de Pilatos, as mãos tintas do sangue que fizeram derramar. Surpreso e Indignado diante de tamanha audácia, o povo mede, com precisão, o alcance do crime e os propósitos dos chacinadores, reclamando rigorosa justiça e a punição dos culpados onde quer que se ocultem: — nos cargos públicos que traíram, no seio da sociedade que macularam, deshonrando as tradições de lealdade e o sentimento christão do povo brasileiro⁹⁸.

Um mês depois, em junho, começavam os julgamentos de integralistas e comunistas⁹⁹ e, de modo coetâneo, que muitos deles foram detidos¹⁰⁰, culminando com Plínio Salgado sendo preso em 1939. Destarte, os movimentos, sejam rurais, como o cangaço, ou urbanos, como a Revolução Constitucional de 1932, o levante comunista e o Integralismo, foram duramente reprimidos em uma política pública que marcaria a repressão e a escalada autoritária. Entretanto, nem

98 CORREIO DA MANHÃ, “Foi um assalto covarde, visando subverter o regimen e implantar no Brasil novo cativeiro, o peor dos cativeiros”, 14 de maio de 1938, n. 13.346, p. 1. Embora não contenha a transcrição, recomenda-se também verificar o noticiado em JORNAL DO BRASIL, “Vitória as armas da legalidade!”, 12 de maio de 1938, edição 00109, p. 7.

99 JORNAL DO BRASIL, “Condenados quatro integralistas e absolvidos diversos outros — absolvidos também diversos apontados adeptos do comunismo”, 30 de julho de 1938, edição 00176, p. 7.

100 JORNAL DO BRASIL, “Pondo o Brasil em Paralelo com a Rússia Soviética”, 30 de julho de 1938, edição 00176, p. 11. Considera-se curiosa essa associação com a URSS, talvez possa abrir margem para pesquisas relacionados ao imaginário brasileiro sobre esta.

todas as manifestações mostram-se totalmente completamente vãs, as declarações do 1º Congresso Nacional de Tuberculose geraram uma intensa campanha anti-tuberculose¹⁰¹ e contribuíram para a aprovação de um plano contra o mal romântico¹⁰². Soma-se a isso os movimentos de trabalhadores, esses organizaram manifestações em abril de 1939¹⁰³ e, no mês seguinte, tiveram algumas das suas demandas atendidas, como a criação de uma Justiça do Trabalho¹⁰⁴ e locais de capacitação¹⁰⁵. As relações com os trabalhadores não era exatamente uma novidade, no período de Governo Constitucional, por exemplo, o presidente costumava falar em organizações de trabalhadores¹⁰⁶ e realizar políticas voltadas para eles, como a facilitação da compra de domicílios¹⁰⁷.

Ao tecermos apontamentos sobre a permanência de Getúlio Vargas no mais alto cargo do poder executivo, faz-se *mister* considerar não apenas os militares, da classe média, dos industriais como pilares de sustentação, mas também o papel da imprensa. Essa passou a ser cada vez mais controlada, censurada e instrumentalizada. Os mecanismos de censura não foram instalados imediatamente, diversas foram as políticas relacionadas a eles anteriores ao Departamento de Im-

101 JORNAL DO BRASIL, Ver “1º Congresso Nacional de tuberculose”, 13 de maio de 1939, edição 00111, p. 7; JORNAL DO BRASIL, “A campanha anti-tuberculose empregada hoje no Brasil inteiro”, 20 de maio de 1939, edição 00117, p. 6.

102 JORNAL DO BRASIL, “Aprovado o plano de luta contra a tuberculose no Brasil”, 2 de junho de 1939, edição 00128, p. 7.

103 JORNAL DO BRASIL, “A grande parada trabalhista”, 30 de abril de 1939, edição 00101, p. 7.

104 JORNAL DO BRASIL, “Creada a Justiça do Trabalho, e Instituto refeitórios populares e as escolas de aperfeiçoamento pessoal”, 1 de maio de 1939, edição 00102, p. 7.

105 Apesar de terem existido políticas educacionais ao nível universitário (JORNAL DO BRASIL, “Foi sancionada a lei que organiza a Universidade do Brasil”, 6 de julho de 1937, edição 00156, p. 8), julgamos imprescindível uma nota sobre as escolas técnicas-profissionais, embriões dos atuais Institutos Federais, que foram regulamentadas em 8 de novembro de 1939 (JORNAL DO BRASIL, “A regulamentação do ensino técnico-profissional”, 8 de novembro de 1939, edição 00264, p. 6). Existe, segundo Candido, Jucá e Silva (2019, pp. 8-9) de uma política educacional que segregava o ensino superior à elite e o ensino técnico às classes menos favorecidas.

106 JORNAL DO BRASIL, “Regressa, amanhã, a essa capital, o Sr. presidente da república”, 19 de janeiro de 1938, edição 00015, p. 7. Embora os sindicatos tenham sido forçados pelo governo a passar por consideráveis alterações (PANDOLFI, 2007, pp. 17–18).

107 JORNAL DO BRASIL, “Facilitando a aquisição do lar do operário”, 31 de março de 1938, edição 00074 p. 6.

prensa e Propaganda (DIP). É possível citar a criação do Conselho Nacional de Propaganda (1937)¹⁰⁸, a política trabalhista de regulação do jornalismo (1938)¹⁰⁹ e diversas outras até a criação da DIP (1939)¹¹⁰.

Além da censura mais evidente havia a propaganda do governo, notório recurso de legitimação. Vargas era imagetivamente representado em cartilhas escolares, jornais e por recursos audiovisuais. Muitas dessas políticas culturais, alguns aspectos delas apropriadas de elementos tradicionais da periferia, buscava legitimidade no chamado “trabalhismo”, ou seja, leis voltadas aos trabalhadores e o estabelecimento de valores — quase que da *ética protestante* — de valorização do trabalho¹¹¹. Portanto, diversos foram os mecanismos empregados nessa política cultural, desde o nome Estado Novo, que transmite a ideia de renovação, passando por exposições artísticas¹¹² e, até mesmo, por modificações em músicas¹¹³. Na lógica da política cultural, Maria Helena Capelato (2019, pp. 114, 131) diz que:

Após o advento do Estado Novo, deu-se a consolidação de uma política de massas que vinha se preparando desde o início da década. Constituídos a partir de um golpe de Estado, sem qualquer participação popular, os representantes do poder buscaram legitimação e apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda, veiculada pelos veículos de comunicação,

108 JORNAL DO BRASIL, “Uma empolgante reafirmação dos compromissos políticos”, 19 de setembro de 1937, edição 00221, p. 8.

109 JORNAL DO BRASIL, “Regulação das condições de trabalho nas empresas jornalísticas”, 1 de dezembro de 1938, edição 00282, p. 7.

110 JORNAL DO BRASIL, “Creado o Departamento de Imprensa e Propaganda”, 28 de dezembro de 1939, edição 00306, p. 6.

111 Ângela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo* (2005), leciona sobre como o processo histórico de construção da classe trabalhadora como ator político relevante faz repensar a concepção tradicional de *trabalhismo* e seu papel no processo de produção da identidade/consciência de classe. Assim, a autora evidencia a roupagem que o termo passa a admitir, como uma coligação de experiências adquiridas; essa alteração de significado estaria relacionada a tradições e demandas culturais e políticas sobre o valor do trabalho e do trabalhador.

112 Respectivamente, o anúncio e a realização de uma exposição artística: JORNAL DO BRASIL, “Exposição Nacional do Estado Novo”, 23 de dezembro, edição 00300-1, p. 7 e JORNAL DO BRASIL, “Exposição nacional do Estado Novo”, 6 de janeiro de 1939, edição 00005, p. 7.

113 Por mera curiosidade, recomenda-se ao leitor interessado que procure pelas modificações na música *Bonde de São Januário*, ela exaltava a malandragem, mas o artista, a exaltava a malandragem, mas o artista foi cooptado para regravar e exaltou o trabalho, Wilson Baptista, foi cooptado para regravá-la valorizando o trabalho (SILVA, 2013).

voltada para a sociedade, em geral, e para as classes populares, em particular. Além da busca de apoio, a integração política das massas visava ao seu controle em novas bases. (...) A defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram.

Por fim, faz-se claro uma última questão que, na verdade, são duas: a nacionalização (em um sentido amplo) e a política externa. O processo de nacionalização foi tamanho que o governo chegou a determinar que dois terços dos empregados comerciais ou industriais deveriam ser brasileiros natos, assim, com a narrativa de que os trabalhos poderiam ser “tomados por estrangeiros”, houve limitação de imigrações, deportação dos que viviam no país¹¹⁴, políticas de registro aos brasileiros que não possuíssem documentos de identificação¹¹⁵ e leis específicas para a nacionalização do labor¹¹⁶ (PANDOLFI, 2019, p. 17). Em conformidade a isso, Dulce Pandolfi (2019, p. 14-15, 17 e 19) aponta:

Propunham medidas como a exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais e a estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica. (...) Para um regime que queria combater o exacerbado federalismo da República Velha, a nacionalização das Forças Armadas era uma questão crucial. (...) a nacionalização de várias atividades econômicas e dos transportes; a exploração estatal dos recursos hídricos e minerais; e a implantação da legislação trabalhista.

Mas esse processo não era o único guia para a política externa brasileira, em um período de tensão pré-Segunda Guerra Mundial e durante boa parte dessa o Brasil adotou uma ambiguidade estratégica, portanto, não se aliava diretamente a nenhum dos lados e cortejava benefícios de ambos; concomitantemente que importava produtos culturais franceses tinha fortes relações comerciais com os Estados Unidos da América e a Alemanha Nazista (nessa ordem, a primeira e a

114 JORNAL DO BRASIL, “A expulsão de estrangeiros”, 9 de julho de 1938, edição 00133-1, p. 7.

115 JORNAL DO BRASIL, “Para os que não são registrados”, 25 de fevereiro de 1939, edição 00047, p. 7.

116 JORNAL DO BRASIL, “Reformada a lei de nacionalização do trabalho”, 10 de dezembro de 1939, edição 00292, p. 6.

segunda maiores relações comerciais do Brasil). Por vezes a relação com as ditaduras eram paradoxais, quando, por exemplo, o Brasil declara o embaixador alemão, Karl Ritter, *persona non grata*, o impedindo de entrar no país, em 1938¹¹⁷ e, no ano seguinte, declarou legítima a ditadura de Franco, na Espanha¹¹⁸. Para Maria Capelato (2019, p. 117-118), essa atuação seria de grande impacto para o fim do Estado Novo: “Portanto, a conjuntura externa também ajuda a explicar as mudanças ocorridas durante o Estado Novo, desde sua ascensão até a queda”. Nessa neutralidade interesseira, ora o Brasil dava acenos a Alemanha, ora para os EUA, como quando envia o chanceler brasileiro, Oswaldo Aranha, para uma visita oficial¹¹⁹. À vista disso, quando eclode a Segunda Guerra Mundial, em 1939, o Brasil declarou-se neutro¹²⁰. Em discurso à nação, declara o presidente:

Vivemos num continente de civilização jovem, em que a luta mais árdua é ainda a do aproveitamento dos abundantes recursos que a Natureza nos oferece. Habitados a cultivar a paz como diretriz de convivência internacional, continuaremos fiéis ao ideal de fortalecer, cada vez mais, a união dos povos americanos. Com eles estamos solidários para a defesa comum em face de ameaças ou intromissões estranhas, cumprindo, por isso mesmo, abster-nos de intervir em lutas travadas fora do Continente. E essa união, essa solidariedade, para ser firme e duradoura, deve basear-se no mútuo respeito das soberanias nacionais e na liberdade de nos organizarmos, politicamente, segundo as próprias tendências, interesses e necessidades. Assim entendemos a doutrina de Monroe e assim a praticamos. O nosso pan-americanismo nunca teve em vista a defesa de regimes políticos, pois isso seria atentar contra o direito que tem cada povo de dirigir a sua vida interna e governar-se. Fomos um Império e somos, hoje, uma República, sem que a mudança de regime nos afastasse dessa política de cooperação, que é uma tradição da nossa história¹²¹.

117 JORNAL DO BRASIL, “Embaixador alemão Ritter não virá para o Rio”, 12 de outubro de 1938, edição 00239-1, p. 10.

118 JORNAL DO BRASIL, “O reconhecimento do governo do general Franco pelo Brasil”, 3 de março de 1939, edição 00051, p. 16

119 Sobre o convite dos estadunidenses e a viagem buscar: JORNAL DO BRASIL, “O honroso convite do presidente Roosevelt para nosso chanceler visitar Washington”, 17 de janeiro de 1939, edição 00014, p. 7; JORNAL DO BRASIL, “A viagem do Sr. Oswaldo Aranha”, 28 de janeiro de 1939, edição 00024, p. 7.

120 JORNAL DO BRASIL, “A mais ampla neutralidade em face da nova catástrofe”, 2 de setembro de 1939, edição 00207, p. 6.

121 VARGAS, Getúlio. A Posição do Brasil na América, Discurso Pronunciado Na Ilha do Viana, ao Realizar-se Homenagem da Federação dos Marítimos, em 29 de Junho de 1940. In: _____. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

Copiosas foram as razões que aproximaram o Brasil dos Aliados em 1942, seja os acordos com os EUA de colaboração para o desenvolvimento de uma área crucial na soberania e progresso da nação, a siderurgia, o ataque de alemães a navios brasileiros ou a posição enfática de Oswaldo Aranha, frente aos demais chanceleres das repúblicas pan-americanas, em 15 de janeiro de 1942, para o rompimento de relações comerciais, políticas, econômicas e militares com os países que formavam o eixo (SEITENFUS, 2000). Esses são potenciais pontos de início para a análise de mais dez anos da História Política brasileira em futuros ensaios.

Conclusão

A História Política da Década de 1930 é demasiado enredada para ser reduzida a uma cronologia de ações de um indivíduo ou grupo político; houve intensos conflitos e movimentações de diferentes atores em diversos cenários¹²². No Brasil, além de uma grande ruptura política em 1930, fruto de uma cooptação heterogênea de caráter ensaístico, iniciava-se um processo de disputa pela máquina estatal e, assim, pelo poder. A contenda manifestou-se em várias frentes de batalha; assim, por repressão ou coalizão, à força ou acordado, os eventos políticos se desenharam a partir das atividades de frentes oligárquicas, militares e populares. Com protagonismo da gerência Estatal do Executivo, preenchido sobretudo por indivíduos de ideologia ‘tenentista’, prerrogativas foram fortalecidas desde a Constituinte, e o poder Executivo estendido progressivamente a partir tanto do enfraquecimento das oligarquias e instituições liberais como do considerável apoio popular.

A década foi sublinhada por uma transição do poder que já não mais cabia àqueles que monopolizaram-no com o início da República; e como toda mudança profunda, não decorreu sem resistências e obstâncias. O que podemos concluir é a condição de inexistência de uma relação maniqueísta entre forças políticas à época como o senso comum tende teimosamente a alocar: bem e mal, comunismo e capitalismo, liberdade e repressão. Os eventos são mais complexos e heterogêneos do que a colocação dicotômica aponta, outrossim, merecem um tratamento minucioso em futuras pesquisas, deste período ou de seus adjacentes.

122 A emergência de potências globais em derrocada de outrem, a financeirização da economia global e, a partir disso, a crise 1929, a tendência global de estatizar interesses nacionais a partir da *Teoria Geral* de Keynes (1936), a nacionalização dos Estados europeus, o choque ideológico entre o socialismo soviético e o liberalismo ocidental; são apenas alguns aspectos gerais que remontam à efervescência da época.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. “Aliança Nacional Libertadora” (verbetes). In: CPDOC/FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. 1.ed. 1984a. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-libertadora-anl>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. “Luís Carlos Prestes” (verbetes). In: CPDOC/FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. 1.ed. 1984b. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo e Guerra ao Inimigo Interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, p. 1-34, 2021.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “revolução de 30” na Paraíba**. 2016. 167 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15081>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira república: economia cafeeira, urbanização e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 211-248.

ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. Fixação de texto, notas e posfácio de Carla Vianna; coordenação editorial, biografia do autor, cronologia e panorama do Rio de Janeiro por Luis Augusto Fischer. Porto Alegre: L&PM, 2009.

BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente - da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 176-210.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Development and Crisis in Brasil, 1930-1983**. Translated from the Portuguese by Marcia Van Dyke. New York: Routledge, 2018.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

CANDIDO, F. G.; JUCÁ, S. C. S.; DA SILVA, S. A. A Era Vargas e o reordenamento do ensino técnico profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará. **Revista Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 1-7, 2019.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 113-152.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural - entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990.

COLLINGWOOD, R. G.. A imaginação histórica. In: _____. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 352-375.

CONNIFF, Michael. **Urban politics in Brazil: the rise of populism**. Pittsburg: University Of Pittsburg Press, 1981.

DANTAS, Carolina Vianna. “A Ordem” (verbetes). In: **CPDOC/FGV, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, FGV, 2010. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ordem-a>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DANTO, Arthur C. **Narration and Knowledge**. New York: Columbia University Press, 1985.

DE SOUZA WAHRLICH, Beatriz Marques. O governo provisório de 1930 e a reforma administrativa. **Revista de Administração Pública**, v. 9, n. 4, p. 5 a 68-5 a 68, 1975. Disponível: <<https://curtlink.com/DOsM2ig9>>. Acesso em: 15/08/2023.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1982. p. 215-276.

FEBVRE, Lucien. **O problema da descrença no século XVI**. A religião de Rabalais. Trad. Rui Nunes. Lisboa: Editorial Início, 1970.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Nação” (verbete). In: CPDOC/FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. 1.ed. 1984. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/nacao-a>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 430-462.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, Leandro; CALDEIRA NETO, Odilon. Publicidade e propaganda verde. In: _____. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, pp. 42-66.

JULIÃO, P. A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 13, 2012.

KOIFMAN, Fábio. “O governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945)”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 305-350.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 318-358.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.

LEITE, A. Causas e objetivos da Revolução de 1932. *Revista de História*, [S. l.], v. 25, n. 51, p. 139-146, 1962. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121690. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121690>. Acesso em: 16 ago. 2023.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 251-304.

MAIO, M.; CYTRYNOWICZ, R “Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)” In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org). **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 39-66.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. **Temporalidades – Revista de História**, ed. 25, v. 9, n. 3, set./dez. 2017.

PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime.” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 12-37.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na segunda guerra mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Camila Alexandra da. **O samba de Getúlio: a malandragem de Wilson Baptista e o projeto nacionalista do Estado Novo**. Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. 2013. TCC (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. **Revista de Sociologia e política**, v. 23, p. 75-106, 2015.

SOUZA, José Inácio de Melo. Trabalhando com cinejornais. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 43-62, 2003.

SOUSA, Carolina Soares. **Política, a arte de lembrar e esquecer: os projetos políticos paulistas (1933-1934)**. 2012. 127 f, il. Dissertação (Mestrado em História Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VARES, Sidnei Ferreira de. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da revolução de 1930. **História: Debates e Tendência**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 121-139, jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456398009.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

VARGAS, Getúlio. A Posição do Brasil na América, Discurso Pronunciado Na Ilha do Viana, ao Realizar-se Homenagem da Federação dos Marítimos, em 29 de Junho de 1940. In: **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre/RS, 2004.

VIANNA, Marly de Almeida G. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. pp. 67-112.

WEBER, Max. **Essais sur la théorie de la science**. Tradução Julien Freund. Paris: Plon, 1965.

UMA VISÃO HOLÍSTICA SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930

www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914



TERRIED